



Mais interrogações e vírgulas, menos pontos finais: ciência, pensamento compreensivo, teorias e práticas de comunicação¹

Dimas A. Künsch²

Faculdade Cásper Líbero, São Paulo, SP

RESUMO

O texto vê a ciência em sua relação com formas plurais de saber humano, percebidas, essas formas, não hierarquicamente, mas em termos de diferenças, com o conseqüente desafio ao diálogo de umas com as outras. Trabalha-se com a noção de uma sensibilidade teórica apta a pensar com e contra o conceito, com e contra a razão, com e contra o método, com a intenção de se ressaltar o lado mutilante de uma visão de conhecimento absolutizadora da racionalidade científica. Um conjunto de idéias sobre o tema do conhecimento compreensivo pode servir de estímulo para se pensar a comunicação em horizontes mais amplos que em geral se pensa, nos limites às vezes estreitos assumidos pela tradição científica dominante. A opção pelo ensaio ajusta-se à proposta de renúncia à força do argumento de tipo explicativo para se preferir o caminho, menos carregado de certezas, do diálogo e da compreensão.

PALAVRAS-CHAVE: Comunicação; Teorias da Comunicação; Compreensão.

Tudo o que a rica e, em geral, muito festejada herança do pensamento erigido sobre os sólidos pilares da tradição científica moderna menos pode desejar ou admitir é a idéia de insubordinação, ou a hipótese de um pensar *ex cathedra* contra o pensamento científico, vale dizer, no próprio universo em que esse pensamento cotidianamente se faz e refaz. Rigor na aplicação do método e no tratamento dos resultados é o que se cobra, sem concessão à indisciplina. Ou se faz ciência ou não se faz, como parece óbvio, ainda que se possa reconhecer como válido que “a ciência”, como escreve Rubem Alves, preocupado em chamar a atenção para horizontes localizados para além dos que são ordinariamente alcançados pelo olhar científico, “é aquilo que caiu nas

¹ Trabalho apresentado no NP Teorias da Comunicação do IX Encontro dos Grupos/Núcleos de Pesquisa em Comunicação, evento componente do XXXII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Doutor em Ciências da Comunicação pela ECA-USP, professor e coordenador do Programa de Pós-Graduação da Faculdade Cásper Líbero. E-mail: dimaskunsch@facasper.com.br.



redes reconhecidas pela confraria dos cientistas” (1999, p. 86).³ No entanto, deve-se ao mesmo tempo dizer em favor da ciência, há um jogo, e esse jogo possui regras que o tornam enfim viável.

Pode-se concordar com o argumento anterior sem maiores problemas de consciência, de abordagem ou de método. E, no entanto, o que está sendo aqui nomeado insubordinação deve ser admitido como possível, às vezes até necessário, particularmente quando se leva em conta – e é preciso levá-lo – que, sendo o assunto principal em pauta a comunicação humana, aquilo que de fato interessa à investigação não se reduz a coisas propriamente ditas, a objetos físicos, abstraindo-se dos sujeitos que entre si se comunicam ou não. A comunicação tem fundamentalmente a ver com processos, dinâmicas interativas, trocas e vínculos entre sujeitos humanos, gente, corpos, vidas – e isso tanto no sentido *lato* quanto *stricto* do termo. Essa última distinção é feita por Venício A. de Lima, quando expõe, em *Mídia: teoria e política*, o objeto de suas preocupações acadêmicas:

A comunicação cujo campo nos interessa é aquela que aparece tardiamente na história da humanidade e se constitui numa das importantes características da modernidade. Vale dizer, a comunicação que se distingue da comunicação humana *stricto sensu* pelo uso de tecnologias específicas e pelo surgimento de instituições. Contemporaneamente é aquela a que se convencionou chamar de *meios de comunicação de massa (mass media)* ou *mídia* (Lima, 2004, p. 23).

Nada a objetar contra a opção do autor, de resto bastante ordinária e antiga, até onde se pode chamar algo de antigo nos estudos de comunicação. Mas, para se fugir ao risco de uma aproximação por demais estreita entre comunicação e tecnologia (um risco, hoje, ainda maior, quando se tem em mira todo o fascínio despertado pelas novas e sempre mais novas tecnologias de informação e comunicação), é de bom tom lembrar que essas “tecnologias específicas” não se constroem, nem se utilizam, fora, aquém ou além dos contextos socioculturais, das escolhas, do trabalho, das percepções e dos sentidos humanos. Nem as “instituições” a que se refere Lima se deixam compreender e analisar fora dos horizontes do humano. Assim, só por questões de ordem metodológica pode-se arriscar uma distinção entre uma e outra forma de comunicação. É nesse sentido que Norval Baitello Junior, em seus estudos, prefere servir-se de um “conceito intencionalmente ampliado de mídia”, que ele assim entende:

³ O autor, com liberdade no uso de comparações, avança na direção do que discutiremos a seguir, relacionado ao tema da absolutização do saber científico: “(...) quando a ciência diz ‘isso não é científico’, é preciso ter em mente que, para muitos outros estômagos, aquilo é comida, comida boa, gostosa, que dá vida, que dá sabedoria. Acontece que existe uma inclinação natural da mente em acreditar que só é real aquilo que é real para ela (o que é, cientificamente, uma estupidez) – de modo que, quando normalmente se diz ‘isso não é científico’, se está a afirmar, implicitamente, que aquilo não é comida para estômago algum” (ALVES, 1999, P. 90-91).



“(..) não apenas o jornal, o rádio, o cinema, a televisão, a internet são aqui considerados meios de comunicação ou mídia. Este caminho opta por focar, como componentes ativos dos meios, suas duas pontas, freqüentemente esquecidas, sob o pretexto de serem apenas entorno: a ponta geradora de toda comunicação, que se constitui de um corpo, e a ponta-alvo do mesmo processo, que igualmente existe em sua natureza primeira de corpo. De nenhuma das duas pontas se dissociam suas qualidades de portadores de memórias, história e historicidade, portanto, de cultura (BAITELLO JUNIOR, 2005, p. 7).

Poder-se-ia objetar que a expressão “duas pontas” não representa a melhor imagem para se falar da comunicação enquanto processo que coloca corpos-sujeitos em relação ou inter-relação, sem a figura do emissor puro, divinamente separado dos contextos e dos intertextos sociais e culturais, nem tampouco a do receptor. Mas continua válido o foco sobre os sujeitos com “suas qualidades de portadores de memórias, histórias e historicidade, portanto, de cultura”.

Olhar insubordinado

Não custa, nessa linha de reflexão, propor ao pensamento que pensa a comunicação algo semelhante ao que imagina a repórter Eliane Brum para a prática da reportagem de perfil humanizado. Em *A vida que ninguém vê*, ela reclama da existência, no jornalismo, de um olhar “cegado, confundido por uma espécie de catarata, causada por camadas de rotinas, decepções e aniquilamentos”. Um olhar que vê, mas não consegue enxergar. E que, por isso mesmo, se incapacita a cultivar o que a jornalista gaúcha chama de “exercício cotidiano de resistência” (BRUM, 2006, p. 187-188).

Ninguém está desautorizado a pensar que rotinas acadêmicas, decepções e aniquilamentos – ou, no lado oposto, o fascínio, o otimismo exagerado e as ilações de toda espécie – tenham talvez causado verdadeiras cataratas teóricas nos estudos de comunicação, tornando seus protagonistas – um imenso “nós” – incapazes do exercício cotidiano da resistência. Às vezes, inclusive, contra forças refratárias à própria idéia da autonomia do campo da comunicação, sua identidade disciplinar, em suas interfaces com saberes múltiplos, disciplinados e não disciplinados.

Não isenta de riscos, os mais variados, e sem garantia alguma de sucesso, a insubordinação intelectual pode auxiliar na libertação dos espíritos de um tipo de condicionamento perverso, que vez ou outra traz como resultado algo diferente ou até contrário ao que se pretende atingir ou buscar – por desvio da abordagem, do método, do pensamento. “É o que certos sociólogos (entre eles Jules Monnerot) chamam de



‘heterotelia’, um resultado diferente daquele que tinha sido previsto. Em termos menos herméticos, um efeito perverso” (MAFFESOLI, 2009, p. 37-38).

A existência de algo dessa ordem pode ser imaginada, por exemplo, quando a hipertrofia do acento no rigor, no método, na norma, na razão e no conceito ameaça com a atrofia das virtualidades humanas de expansão dos conhecimentos e da compreensão. O burro, que puxa carroça com uma peça de couro ao lado de cada um dos olhos, deve olhar só para frente, de modo a não se distrair. O pensador, pesquisador ou cientista precisa, sim, saber olhar para os lados, para o alto e para baixo, para o raso e o profundo quando se aplica em compreender a realidade, o mundo, a vida. “Piruetas há que em nada se assemelham a renúncias do espírito – senão a convites a uma compreensão mais profunda”, acredita Maffesoli (2007, p. 45).⁴

Em outra de suas obras, Maffesoli investe contra o que chama de “pensamento paranóico”, seguro de si, arrogante, que se julga possuidor de explicação para tudo. Um “saber absoluto”, contra o qual o autor elege o “panfleto”. Ele chega a reivindicar para o panfleto o estatuto de um verdadeiro “discurso do método”, capaz de “indicar qual pode ser o caminho”:

Sentir novamente prazer nas viagens teóricas, nas cristas que permitem uma vista desimpedida, em suma, na audácia dos pensamentos de alto vôo. O livro, como dizia Kafka, deve ter a função de “uma machado que rompe o mar congelado que existe em nós”. É esse o “método” (*meta odos*) panfletário: colocar alguns marcos para alguns espíritos livres que estão cansados dos discursos batidos (MAFFESOLI, 2009, p. 24).

À luz do direito à insubordinação – no fundo, o direito ao olhar diferenciado, outro – no entendimento dos processos de produção do conhecimento, o que se pretende neste texto resume-se em três pontos: 1. (Re)afirmar o lugar (fértil) do saber científico em meio a práticas plurais do saber; 2. Argumentar em favor de uma sensibilidade teórica positivamente empenhada em pensar com e contra o conceito, com e contra a razão, com e contra o método; em resumo, para dizê-lo de forma muito simples, um pensamento do “não” que se pretende um pensamento do “sim”; um pensamento essencialmente positivo e não negativo, jamais negativista; 3. Expor um conjunto de idéias que, assentadas sobre as bases de um pensamento compreensivo e dialógico, possam servir de estímulo a se pensar a comunicação, suas teorias e sua epistemologia

⁴ O autor reconhece que “esse processo de abertura será pouco satisfatório para todos os que têm necessidade de obter certezas”. Ele chama para a “audácia do pensamento”: “Frequentemente, o escrúpulo exagerado ou, não raro, um orgulho mal resolvido costumam impedir que sejam propostos, ao debate científico, elementos, reflexões e investigações que poderiam beneficiar a todos e a cada um (em verdade, isto às vezes deve-se a uma preguiça crônica, que grassa em meios dedicados à pesquisa)” (MAFFESOLI, 2007, p. 45).



em horizontes, digamos, mais amplos e arejados que em geral se pensa nos limites comumente rígidos da tradição científica dominante.

A abordagem é a do ensaio, por opção consciente. Porque, nobre, o ensaio não merece *a priori* a alcunha de não científico. Pode, em vez disso, representar a postulação de uma atitude cognitiva que se faz e refaz na busca, nas vírgulas e nas reticências, mais que nos pontos finais. No “talvez” mais que no “portanto”. Na compreensão mais que na explicação.⁵ A ciência, diz Restrepo (1998, p. 16-17), “que é também uma modalidade de linguagem, costuma cifrar seus informes em certo modelo frio e burocrático, sem que isso queira dizer que a verdade não pode assumir a forma sugestiva de uma expressão calorosa e acariciadora”.

O autor vai mais fundo em sua crítica, ao argumentar que a frieza que vê existir no discurso científico “não é outra coisa senão uma expressão das lógicas de guerra que se inseriram na geração do conhecimento, sem que possamos converter essa deformação histórica num único parâmetro de validade”. Para ele, “o discurso é também um agora que pode encher-se de ternura, sendo possível acariciar com a palavra sem que a solidez argumental sofra detrimento por fazer-se acompanhar da vitalidade emotiva” (RESTREPO, 1998, p. 17).

Maffesoli reflete sobre o mesmo tema, quando sublinha que, “de maneira idêntica à vida corrente, tecida de mil fios entrançados, também o pensamento deve fazer-se lúbrico, dinâmico, matizado, se for o caso: tudo o que não deixe de fustigar as certezas dos dogmas mortos” (2007, p. 44).

Múltiplos cenários cognitivos

Não é hoje mais o caso de se admitir como regra a tese do filósofo e estadista inglês Francis Bacon (1561-1626), um dos pais do método empírico, de que a ciência, debelada a ignorância – para dizê-lo com a superficialidade que certa pressa do momento permite –, lançaria a humanidade num paraíso encantado. Nem tampouco de compartilhar o otimismo, igualmente exacerbado, de um fiel seguidor das idéias de Bacon, Augusto Comte (1798-1857), para quem, rompidas as etapas anteriores do pensamento mítico-religioso primitivo e do pensamento filosófico, o estágio da ciência positiva representaria o resplendor do mais elevado grau de evolução do espírito humano vocacionado para a ordem, o progresso e o bem-estar. Também porque uma das

⁵ Sirva como sugestão, nessa linha, o texto de Irene Machado, “Controvérsias sobre a cientificidade da linguagem” (2008).



características comuns a todo pensamento de matriz dualista e absolutizador parece ser o fato de afirmar em algum momento o seu contrário, quixotescamente, com uma dose em geral maior de dogmatismo. Acaba-se por assumir como válido aquilo contra o que originariamente brandiu sua espada. É quando, por exemplo, os moinhos de vento da religião primitiva, no caso do Positivismo, abrem espaço para a afirmação – curioso isso! – de uma nova religião, ainda que seja a religião da Deusa Razão, ou da Humanidade. Religião, e não ciência.⁶

Nem tanto para Deus nem tanto para o Diabo, ensina a sabedoria popular. Aliás, do otimismo de Comte para cá, a história humana não nos autoriza qualquer tipo de arrogância – sem, com isso, precisarmos justificar uma posição de nihilismo ou de absoluto ceticismo contra o mundo. Não é aconselhável. Os extremos, como pensa uma atitude compreensiva, não convêm. “A virtude está no meio”, ensina Aristóteles. Adorno, no entanto, precisa ser ouvido com alguma reverência quando, numa frase amplamente citada e conhecida, considera que “escrever um poema após Auschwitz é um ato de barbárie”. Vale lembrar igualmente a pergunta cortante do poeta curitibano Paulo Leminski à lua, em *Distraídos venceremos*: “lua à vista / brilhavas assim / sobre auschwitz?”.

Corrosivo, Maffesoli chega a atribuir um caráter monstruoso àqueles “que têm a pretensão a um saber absoluto”:

O saber do Universalismo. O saber da coisa *em si*. São esses os verdadeiros paranóicos. São perigosos pois é em nome desse saber absoluto que se abriram os campos de concentração. Ou que os justificaram. O universalismo sempre foi o berço do totalitarismo (2009, p. 40).

Os autores do *Novum Organum*, Bacon, e do *Discurso sobre o espírito positivo*, Comte, filhos ilustres de seu tempo e robustecidos espiritualmente por uma crença deveras arraigada nos poderes do método científico, deixaram-nos o seu legado – sublinhe-se “crença”, porque é onde a ciência migra com leveza, estilo e sem remorso para o lado da fé. Não é o caso de se execrá-los por aquilo que pensaram, imaginaram e

⁶ A força e sedução do Positivismo mundo e Brasil afora, de que o lema da bandeira nacional, “Ordem e Progresso”, é uma expressão, aparece em todo o seu vigor tupiniquim no final do século XIX e início do século XX. Vira religião. E ganha espaço, só como exemplo, no mundo da ficção, na obra *Recordações do Escrivão Isaías Caminha*, de Lima Barreto, lançada em 1909. O personagem Isaías Caminha, na capela do “Apostolado”, assombrou-se “com a firmeza com que ele [o pregador positivista] anunciava a felicidade contida no *Positivismo* e a simplicidade dos meios necessários para a sua vitória: bastava tal medida, bastava essa outra – e todo aquele rígido sistema de regras, abrangendo todas as manifestações da vida coletiva e individual, passaria a governar, a modificar costumes, hábitos e tradições. Explicava o catecismo. Abria o livro, lia um trecho e procurava o caminho para alusões a questões atuais, repetindo fórmulas para se obter um bom governo que tendesse a preparar a era normal – o advento final da Religião da Humanidade. (...) ele amava repetir que a Física, a Química, a Biologia, a Sociologia, todas as ciências todo o esforço humano de qualquer ordem tinham preparado lentamente e tendiam para a religião da humanidade; era ela como a coroação, a cúpula do edifício do pensamento e dos sentimentos da humanidade” (2008, p. 78-79).



assumiram como certo, bom e justo para o bem-estar da humanidade. No entanto, menos complacência é recomendável frente ao fato de que a visão empiricista, ou científicista, com toda a carga de mecanicismo e reducionismo de que costuma estar contaminada, está distante de pertencer ao passado. Também nesse caso, não convém despende muito tempo frente a tamanha estreiteza de espírito. Maffesoli (2007, p. 16) assume tal atitude:

É essa, bem ser vê, a paranóia habitual com que convivem todos os que se pretendem detentores de um saber absoluto. Vamos deixá-los para lá, entregues à sua crença nos poderes da ciência e às voltas com os diversos dialetos nos quais ela costuma exprimir-se. Tal arrogância não mais se recomenda.

Melhor pensar como Martino, quando ele, no seguimento das idéias de Ernest Cassirer sobre o que este autor chama de “formas simbólicas” como maneiras diferentes, plurais, de “ver e de conhecer a realidade” (a arte, a religião, a ciência etc.), assume que a ciência pode ser vista como “a atitude do sujeito que conhece, que busca a realidade a partir de certos princípios, instaurados pela racionalidade ocidental” (2008, p. 84):

De novo: a ciência é uma dessas formas de conhecimento (...), é uma das várias formas de conhecimento. Primeiro: não é melhor que outras. Segundo: é liberada pela cultura, isto é, não é uma relação direta com o real, e nunca se propôs a fazer isso. Muitas críticas à ciência desconhecem sua natureza (MARTINO, 2008, p. 85-86).

Difícil não estar de acordo com o conteúdo dessa afirmação, que, de resto, se faz acompanhar por uma abertura de espírito que dá crédito ao pluralismo de saberes e à compreensão. A ciência, para usarmos uma imagem, como as outras formas de conhecimento lembradas por Martino, é mapa, não território. Os discursos humanos, com ou sem método, racionais e não-racionais (não se confunda com irracionais), constituem, pois, aproximações aos objetos com os quais os sujeitos se (pre)ocupam, aproximações de qualidade ou também não, tal como um mapa, que pode conduzir bem ou mal o viajante pelo território de suas andanças. Kant deixa bem clara essa diferença entre real e linguagem quando distingue realidade *an sich* (em si) de realidade *für mich* (para mim), sem, no entanto, deixar de admitir e defender, em sua “revolução copernicana”, que o discurso organizado pela razão tem, sim, condições efetivas de ser objetivo, pertinente, aderente ao real: a *adequatio rei et intellectus* de que falava Aristóteles. Kant, com efeito, na *Crítica da razão pura*, sugere que a razão, não o sujeito ou o objeto, deve ser colocada transcendentalmente no centro da investigação sobre a possibilidade do conhecimento, chamando a isso de “revolução copernicana” em confronto com o ponto de vista epistêmico anterior (cf. CHAUI, 2003, p. 75-79).



Um pensamento de tipo compreensivo ou plural, como já expressado, abre janelas e portas para se visualizar esse terreno muito vasto, fértil e, às vezes, em maior ou menor grau pantanoso, de aproximações possíveis ao real, aos acontecimentos e, inclusive, porque é basicamente disso que estamos tratando, ao campo da comunicação. Reconheça-se, portanto, o lugar, não único mas específico – ainda que, por razões numerosas, indispensável – da ciência no concerto de vozes, sentidos e discursos humanos de tipo filosófico, religioso, mítico, artístico, do senso comum. Discursos e práticas que negociam sentidos singulares e plurais de compreensão do mundo e da vida na *ágora* de múltiplos protagonistas-sujeitos cognoscentes. A propósito, é bom que se diga que a ignorância e a irracionalidade não representam privilégio natural, nem muito menos estigma, de nenhuma dessas formas de aproximação.

Aliás, a idéia de se associar trevas e ignorância, irremediavelmente, aos amplos domínios do que não se pode classificar como científico ou racional, só pode resultar de mentes fechadas, que desconhecem a história e a complexidade dos seres humanos e do mundo, mentes que ignoram ou mesmo desprezam a dimensão fundante, para o conhecimento, do diálogo e da compreensão. O iluminismo radiante, ao criar com prazer os demônios de que se julga investido do poder de combater, pensa esconder suas próprias fragilidades sob o ruído das armas. Não consegue.

No mais, o esquema mental das trevas e da luz costuma historicamente representar uma arma poderosa nas mãos – o mais das vezes ensangüentadas – de setores sociais dominantes. São capazes, esses setores, de desqualificar o outro, o diferente, para legitimar dessa forma a destruição de inimigos que constroem em função do fato de os verem como ameaças às suas falsas seguranças intelectuais, econômicas, religiosas e culturais. Ameaças a interesses de toda ordem. Aqui, a expressão “saber é poder” (Bacon) assume um sentido brutal. “A *libido sciendi* de mãos dadas com a *libido dominandi*”, como expressa Maffesoli (2009, p. 30).

Um paradigma teológico do saber

As simplificações agradam e, em princípio, nada há de muito injusto nisso, uma vez que pensar em profundidade exige esforço, cansa. O risco assume contornos perigosos, no entanto, a partir do momento em que o ato simplificador retira toda a sua força da simultânea mutilação da complexidade das coisas. Num mundo e numa época em que tanto os grandes desafios e ameaças quanto as grandes promessas humanas assumem cada vez mais perspectivas globais, em processos e sistemas nos quais a



complexidade floresce, nada tão atraente quanto ditar verdades para as questões que o cotidiano levanta. Nos domínios da produção de informação de atualidade – o jornalismo – como da produção de conhecimentos científicos, o dualismo irritante do certo e do errado, das causas e dos efeitos, insiste em demarcar terreno, numa imitação brilhante das narrativas de bandidos e mocinhos.

A hiper-especialização (científica) dos conhecimentos manifesta, a seu modo, esse lado de inocente ingenuidade. O Ocidente aprendeu muito bem a noção cartesiana de análise, de partição, à procura de evidências e de verdades. Morin observa que “há uma inadequação, cada vez mais ampla, profunda e grave, entre os saberes separados, fragmentados, compartimentados entre disciplinas e, por outro lado, realidades ou problemas cada vez mais polidisciplinares, transversais, multidimensionais, transnacionais, globais, planetários” (2001, p. 13):

De fato, a hiperespecialização impede de ver o global (que ela fragmenta em parcelas), bem como o essencial (que ela dilui). Ora, os problemas essenciais nunca são parceláveis, e os problemas globais são cada vez mais essenciais. Além disso, todos os problemas particulares só podem ser posicionados e pensados corretamente em seus contextos; e o próprio contexto desses problemas deve ser posicionado, cada vez mais, no contexto planetário (MORIN, 2001, p. 13-14).

Por mais paradoxal que possa parecer, há igualmente uma marca forte de simplificação no próprio modelo de pensamento reducionista que erige para si o castelo de uma segurança que lhe advém supostamente da razão, do conceito, do método, do rigor. De repente, o que pode e deve ser entendido como instrumento, auxílio ou caminho, na dura, sofrida e fascinante busca de respostas para as questões que os humanos se levantam, assume impunemente o estatuto de estrada asfaltada e única, ou de verdade, “a” verdade. O conceito vira dogma. Ele se reveste, então, daquela brutalidade de que fala Paul Valéry. “Exatamente por essa tendência que tem o conceito para coagir o mundo e fazê-lo corresponder aos modelos predeterminados”, como lembra Maffesoli (2009, p. 47). A atitude de simplificação daí decorrente é irmã-gêmea dessa outra atitude, que tanto aprecia, que adora pontos finais. Domina o *logos* não dialógico, duro, desconcertante.⁷

Há séculos que a tradição ocidental de pensamento identificou na ciência triunfante o lugar, mais que privilegiado, único, da palavra bem-dita sobre as coisas. Nos salões das Luzes em que esse modelo de pensamento organiza sua festa, não se

⁷ Em “Comunicação, disciplinaridade e pensamento complexo”, Maria Immacolata Vassalo de Lopes adverte para o fato de que, na história da constituição das várias disciplinas científicas, freqüentemente o termo *disciplina* assume a conotação de *doutrina*.



reserva espaço para uma sensibilidade teórica, como se disse antes, aberta a acolher os diferentes modos de os humanos se aproximarem da realidade, do mundo, da vida. Porque esse paradigma “pressupõe uma única forma de conhecimento válido, o conhecimento científico, cuja validade reside na objetividade de que decorre a separação entre teoria e prática, entre ciência e ética”, escreve Santos (1989, p. 34).

Talvez não chegue tão longe a arrogante ousadia de se descartar o que esse paradigma considera “irrelevante”, “de não reconhecer nada do que não quer ou não pode conhecer” (SANTOS, 1989, p. 35). Preocupado com o que possa parecer politicamente incorreto, nestes nossos tempos de poucas e frágeis certezas, uma versão menos drástica desse modelo de pensamento prefere admitir hoje a idéia de diferentes formas e práticas de conhecimento, sem abdicar, no entanto, de uma concepção tipicamente hierárquica dos conhecimentos. Na cobertura luxuosa desse edifício ergue-se, vitoriosa e de longe avistada, a bandeira do saber científico e da tecnologia que no mesmo quintal coabita. Vale lembrar que o termo “hierarquia”, em sua origem grega, expressa um tipo específico de comando ou poder: o sagrado.

Voltamos, assim, ao tema anterior da “crença”. Chama-se a atenção mais uma vez para os modos como um saber se sacraliza. Assume *status* divino. Uma mera crença, um estado de espírito que advoga e determina arbitrariamente para si o privilégio do rigor, da objetividade e da certeza. Lembra a famosa frase da teologia de Santo Agostinho: *Extra ecclesiam nulla salus*, fora da Igreja não há salvação. Uma crença absoluta, tal como um saber absoluto, leva à prática da violência contra o diferente. O *extra ecclesiam nulla salus* leva ao *compelle intrare*, que Agostinho defendeu contra os donatistas, um grupo de cristãos considerados hereges por vincular a validade dos sacramentos à dignidade de quem os ministrasse. Sejam forçados a entrar.

Não precisa nenhum grande esforço para se notar o conteúdo fortemente ideológico desse mecanismo de sacramentalização, de divinização de um saber, nem para se observar a proximidade entre divinização, dogmatização e violência. Fora da igreja do conhecimento absoluto não existe salvação! Se é assim, *compelle intrare*. Uma postura nada estranha a um certo espírito iluminista acostumado a ver apenas trevas e ignorância para além dos muros que ergue em torno de si mesmo. Curiosamente, entrando pela porta de trás do edifício luminoso onde se aloja a Ciência, com caixa alta, o observador crítico depara-se com um personagem que o rigor e o método estampados na fachada do mesmo edifício a duras penas consegue esconder: a crença. Estamos, pois, no universo da teologia.



A genealogia desse modelo racionalista-teológico de saber pode ser identificada com clareza na história do pensamento ocidental. Há uma fina sintonia entre personagens tão distantes no tempo e na geografia como Platão, Santo Agostinho e René Descartes, para citarmos alguns dos mais nobres. Em comum entre eles há essa imbricação profunda entre as idéias de Razão, Verdade e Bem. O neoplatônico Agostinho dá a sua contribuição de altíssima relevância para a constituição da arquitetura do pensamento ocidental: ao se converter ao cristianismo, traz de Plotino (ca. 205-270) tudo aquilo de que a nova religião em expansão mais precisava, naquele momento, para se configurar como pensamento filosófico e teológico, num Império Romano que já avistava o seu ocaso. É extensa a lista de pensadores cristãos que, tendo bebido dessa mesma fonte e na esteira desse processo de racionalização da fé, obtêm êxito na tarefa de transformar o Deus emotivo e passional da Bíblia, bem como o Deus paternal de Jesus Cristo, num Deus Onisciente, Onividente, Onipresente. Um Deus-conceito. Avassalador.

Essa figura de um Deus único – monoteísmo –, pura Perfeição, Ciência e Sabedoria, serve como metáfora eloqüente para os poderes sagrados que o modelo de pensamento moderno atribui a si mesmo. O Deus transformado em Razão e Verdade em todo o período da Idade Média vê como, ali na frente, com o alvorecer da Idade Moderna, a própria Razão, a Verdade Científica, a Certeza e seus congêneres assumem um caráter divino. Santo Agostinho e Augusto Comte parecem mais próximos um do outro do que este último imagina. Não existe nada de mais parecido com o monoteísmo teologicamente racionalizado do que uma ciência que se estabelece divinamente como única forma válida de saber. A simplificação, mais uma vez, atrai os espíritos reducionistas. A fila de termos com o prefixo “mono” é longa: monofonia, monossemia, monocausalidades... Monotonia!

Por uma visada compreensiva

Tudo quanto discutido até este ponto deixa evidente como se deve levar muito a sério aquilo que diz Sodré sobre a necessidade de “uma epistemologia compreensiva específica para a Comunicação” (2006, p. 15) – numa obra que traz o sugestivo título *As estratégias sensíveis: afeto, mídia e política*. O tema do afeto aproxima o autor brasileiro do colombiano Restrepo, quando este propõe a ternura como saída para a “armadilha da dureza do *logos*” (1998, p. 25), reconhecendo na ternura, para se usar uma expressão já empregada neste texto, uma dimensão fundante do conhecimento, um



verdadeiro estatuto epistemológico: “Uma epistemologia que abandone a distância conceitual para pensar-se de novo a partir da sedução do sensorial” (RESTREPO, 1998, p. 99).⁸ Sodré investe sem piedade contra o que chama de “ditadura lógica da razão enquanto domínio universal” (2006, p. 27). Ele explicita o que entende por “*conhecimento compreensivo*” no campo da comunicação:

Na base de uma experiência ontológica da comunicação (em termos de ciência, política e vivência), encontra-se o problema da compreensão, suscitado pela *vinculação* inerente ao comum. O *entendimento* e a *explicação* se obtêm por meio das interpretações que fazemos do mundo a partir de nossos habituais quadros conceituais. A compreensão, porém, fica além desses circuitos autolegitimativos, fora dos puros atos de linguagem (SODRÉ, 2006, p. 67).

A compreensão pode, sim, ser tomada no sentido, nada sem importância, da intersubjetividade humana, das relações e vínculos entre pessoas, grupos, tribos as mais diversas, povos e nações. É também possível, nesse mesmo âmbito, reconhecer que uma ética da compreensão, para além de seus múltiplos significados nas áreas do respeito, da cidadania, da solidariedade e da paz, assume igualmente um estatuto epistemológico. Combatida a arrogância e o desprezo, as falsas seguranças e o centramento egoísta em si mesmo, o sujeito do conhecimento predispõe-se ao desafiador exercício do diálogo, com resultados positivos para o conhecimento do mundo, da natureza e da cultura, da vida e de si mesmo em todas essas relações. É nesse sentido, como lembra Morin, que “a compreensão humana vai além da explicação. A explicação é bastante para a compreensão intelectual ou objetiva das coisas anônimas ou materiais. É insuficiente para a compreensão humana” (2000, p. 94-95):

O outro não apenas é percebido objetivamente, é percebido como outro sujeito com o qual nos identificamos e que identificamos conosco, o *ego alter* que se torna *alter ego*. Compreender inclui, necessariamente, um processo de empatia, de identificação e de projeção. Sempre intersubjetiva, a compreensão pede abertura, simpatia e generosidade (MORIN, 2000, p. 95).

São perceptíveis os vínculos dessa noção de compreensão com o amplo tema do agir comunicacional. Mas interessa-nos, aqui, chamar em igual medida a atenção para o outro significado de compreensão, que Morin classifica como intelectual ou objetivo. Chama a atenção para a etimologia do termo e aproxima esse sentido de compreensão daquilo que ele afirma sobre o pensamento complexo, quando diz que “compreender

⁸ A questão do afeto participa da formulação do título de uma obra lançada em 2008 por Cremilda Medina, discutindo o tema na ótica do jornalismo, *Ciência e jornalismo: da herança positivista ao diálogo dos afetos*. “Hoje, a epistemologia relacional sujeito-sujeito desconstrói a operação mental da epistemologia positivista sujeito-objeto. O método defendido por Descartes e relido por Comte exige um reexame para novas práticas do signo da relação, da intersubjetividade, da dialogia” (MEDINA, 2008, p. 64).

significa intelectualmente aprender em conjunto, *comprehendere*, abraçar junto (o texto e seu contexto, as partes e o todo, o múltiplo e o uno)” (2000, p. 94).

É esse segundo sentido de compreensão que nos situa, mais diretamente, na praça em que se renunciam às certezas, às seguranças intelectuais e aos saberes absolutos. Onde se diz um “não” à hierarquia dos saberes para se contemplá-los nas virtualidades como nas fragilidades de suas propostas. Um convite ao diálogo.

Um bom exemplo dessa atitude é a ruptura proposta por Santos nas relações, nada afetuosas, entre ciência e senso comum. Uma “dupla ruptura”, como ele deixa claro: “*Uma vez feita a ruptura epistemológica, o ato epistemológico mais importante é a ruptura com a ruptura epistemológica*” (1989, p. 36. Grifo do autor). Não se volta ao que era antes, no tempo em que, para se firmar enquanto disciplinas, as ciências precisaram demarcar o seu território frente ao senso comum:

Pelo contrário, a dupla ruptura procede a um trabalho de transformação *tanto* do senso comum como da *ciência*. Enquanto a primeira ruptura é imprescindível para constituir a ciência, mas deixa o senso comum tal como estava antes dela, a segunda ruptura transforma o senso comum com base na ciência. Com essa dupla transformação pretende-se um senso comum esclarecido e uma ciência prudente, ou melhor, uma nova configuração do saber que se aproxima da *phronesis* aristotélica, ou seja, um saber prático que dá sentido e orientação à existência e cria o hábito de decidir bem (SANTOS, 1989, p. 41).⁹

A “nova configuração do saber” de que fala Santos ultrapassa o importante campo da relação entre ciência e senso comum, pretendendo “compreender a prática científica para além da consciência ingênua ou oficial dos cientistas e das instituições de ciência, com vista a aprofundar o diálogo dessa prática com as demais práticas de conhecimento de que se tecem a sociedade e o mundo” (SANTOS, 1989, p. 16).

O horizonte se abre, e muito, na direção de quanto discutido até aqui: de uma razão compreensiva, fértil, apta a dialogar com a diversidade de discursos e narrativas de que se tecem e entretecem as ciências e os saberes humanos. Há muito a se dizer sobre as possibilidades que uma visão compreensiva – de renúncia às certezas, à dureza do *logos*, ao dogmatismo conceitual e aos saberes absolutos – pode abrir como caminho para se pensar uma epistemologia da comunicação e o diálogo das teorias da comunicação entre si, e destas com outras teorias, outros saberes, outras narrativas.

⁹ Maffesoli retoma “as análises contemporâneas de Edgar Morin sobre a complexidade e de Serge Moscovici sobre a natureza”, que lembram, segundo ele, “o antigo adágio *vera scientia est visio complexus et sapientia vita communis*”. Maffesoli insiste na “ligação entre a verdadeira ciência, aquilo que é complexo e a sabedoria da vida comum” (2009, p. 93).



Retomando o tema da insubordinação do olhar, vale a pena atender ao convite, feito por Wittgenstein, a pensar sempre de outro modo. A mudar a perspectiva pela qual se costuma ver as coisas. A repórter Eliane Brum refaz o mesmo convite, com uma simplicidade impressionante: mude de lado da rua! Tente ver o que você está vendo a partir de lá, do outro lado!

REFERÊNCIAS

ALVES, Rubem. **Entre a ciência e a sapiência**: o dilema da educação. 2ª edição. São Paulo: Loyola, 1999.

BAITELLO JR., Norval. **A era da iconofagia**: ensaios de comunicação e cultura. São Paulo: Hacker Editores, 2005.

BARRETO, Lima. **Recordações do escrivão Isaías Caminha**. 10ª edição, São Paulo: Ática, 2008.

BRUM, Eliane. **A vida que ninguém vê**. Porto Alegre: Arquipélago Editorial, 2006.

CHAUÍ, Marilena. **Convite à filosofia**. 13ª edição. São Paulo: Ática, 2003.

KUNSCH, Dimas A. e BARROS, Laan Mendes de (Orgs.). **Comunicação: saber, arte ou ciência?** Questões de teoria e epistemologia. São Paulo: Plêiade, 2008.

KUNSCH, Dimas A. Teoria compreensiva da Comunicação. In: KUNSCH, Dimas A. e BARROS, Laan Mendes de (Orgs.). **Comunicação: saber, arte ou ciência?** Questões de teoria e epistemologia. São Paulo: Plêiade, 2008, p. 173-195.

LEMINSKI, Paulo. **Distraídos venceremos**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

LIMA, Venício A. de. **Mídia: teoria e política**. 2ª edição. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

LOPEZ, Maria Immacolata Vassalo de. Comunicação, disciplinaridade e pensamento complexo. Trabalho apresentado ao GT Epistemologia da Comunicação do XVI Encontro da Compós. Curitiba, PR, junho de 2007.

MACHADO, Irene. Controvérsias sobre a cientificidade da linguagem. Trabalho apresentado ao GT Epistemologia da Comunicação durante o XVII Encontro da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação. São Paulo, 3 a 6 de junho de 2008.

MAFFESOLI, Michel. **O conhecimento comum**: introdução à sociologia compreensiva. Porto Alegre: Sulina, 2007.

MAFFESOLI, Michel. **A república dos bons sentimentos**. São Paulo: Iluminuras, Itaú Cultural, 2009.



MARTINO, Luiz C. O saber epistemológico sobre a comunicação. In: KUNSCH, Dimas A. e BARROS, Laan Mendes de (Orgs.). **Comunicação: saber, arte ou ciência?** Questões de teoria e epistemologia. São Paulo: Plêiade, 2008, p.69-92.

MEDINA, Cremilda. **Ciência e jornalismo:** da herança positivista ao diálogo dos afetos. São Paulo: Summus, 2008.

MORIN, Edgar. **Os sete saberes necessários à educação do futuro.** 2ª edição. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: Unesco, 2000.

MORIN, Edgar. **A cabeça bem-feita:** repensar a reforma, reformar o pensamento. 3ª edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

RESTREPO, Luis Carlos. **O direito à ternura.** 3ª edição. Petrópolis: Vozes, 1998.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Introdução a uma ciência pós-moderna.** 4ª edição. Rio de Janeiro: Graal, 1989.

SODRÉ, Muniz. **As estratégias sensíveis:** afeto, mídia e política. Petrópolis: Vozes, 2006.